

Não faz vista

EDWARD J. AMADEO

Na maioria dos países industrializados, o Estado é deficitário. Nem por isto a taxa de juros nominal passa dos 400% a 6% ao ano, ou tem-se como pressuposto da estabilidade econômica a geração de superávits nas contas do Governo. Por que esta obsessão com o déficit público no Brasil?

Devido à pobreza programática da maioria dos partidos e à ausência de um "pacto federativo", segundo o qual os políticos separem os interesses regionais do interesse nacional, o orçamento da União no Brasil é como a casa da sogra. O futuro dos políticos depende do número de emendas com a sua **griffe** que consigam encaixar no orçamento. Por sua vez, a atuação dos presidentes da República segue a mesma lógica, qual seja, a distribuição de cargos entre partidos e políticos independente de seus programas. O partido que mais ministros fizer, mais chances terá de influenciar na gestão do orçamento.

A retenção dos cruzados em 1990 deu origem a uma atitude arredia e defensiva dos credores do Governo, sempre às voltas com o fantasma do calote. A qualquer sinal de mudanças na política econômica ou déficits, os credores exigem juros altos para comprar títulos do Tesouro. Não é só isto: as empreiteiras sobrefaturam para cobrir o risco do calote, os funcionários públicos fazem greves, a qualidade dos serviços públicos deterioram. Na prática, o Governo torna-se refém da desorganização de suas finanças e de seus credores.

Há aí um círculo vicioso que relaciona o déficit com o processo de estabilização. Não é que o déficit gere inflação, é que a desorganização financeira do Estado produz desconfiança e deixa o Governo de mãos atadas. A fim de acalmar os espíritos e reconquistar a confiança dos credores, o Governo precisa manter altos os juros ou gerar superávits. Até hoje os superávits resultavam do represamento descrençoso dos gastos pelo ministro da Fazenda. Trata-se de um "superávit sujo" que o Tesouro obtém atrasando pagamentos ou deixando de pagar o que deve.

Em comparação aos ministros que o antecederam, a reprogramação do orçamento e a geração de superávits orçamentários (e não de caixa), através de uma negociação política, é uma mudança radical introduzida pelo ministro Fernando Henrique. Trata-se da politização com "P" maiúsculo do processo orçamentário, da definição de prioridades nacionais a despeito de interesses regionais ou partidários. Isto é tarefa para estadistas e não para os Sete Anões que até agora comandavam o orçamento no Congresso.

Haverá obstáculos no caminho do ministro. De um lado, o varejo político da orçamentação e da sua execu-

ção não mudam do dia para a noite. De outro, mais grave, é que mesmo bem-sucedido, o programa não fará vista. Será insuficiente para reverter o quadro inflacionário. O superávit orçamentário não desarma o gatilho da indexação e por isto será preciso superar o fantasma da heterodoxia. Sobre este ponto cabem algumas observações.

Mantida a proposta do ministro de "estabilização como um processo, sem mágicas", não há espaço para congelamento ou fixação do câmbio. Em nenhum dos casos tem-se um processo mas sim um **fait accompli**. Dado o choque, o Governo perde espaço de manobra, perde latitude e enquanto isto as expectativas e os ataques especulativos se encarreram de tornar obsoletos os preços (ou o câmbio) congelados.

Deve-se partir do pressuposto de que qualquer política de desindexação terá que rever a política salarial — a rigor, uma "heterodoxia" com a qual convivemos. Segundo a lei, os salários são ajustados à inflação passada e, por isso mesmo, num processo de queda da inflação, são uma enorme fonte de resíduos inflacionários. É preciso substituir a heterodoxia ineficiente por uma heterodoxia eficiente. Isto é, a política salarial e a formação de preços têm que olhar para o futuro — para a inflação futura — e não para o passado.

A política salarial e a determinação dos salários é um tema central da agenda das bancadas de centro-esquerda no Congresso e das centrais sindicais. A política de boa vontade e solidariedade com os atores políticos e sociais preconizada pelo ministro parece demandar uma negociação sobre as mudanças na política salarial.

A saída flexível — em processo — é a prefixação negociada de preços, tarifas e salários. Negociada entre associações patronais e sindicais de abrangência nacional e o Estado (Executivo e Legislativo). O câmbio e os juros são instrumentos de política macroeconômica do Governo e não fazem parte do acordo, embora, sabidamente, o Governo administraria estes preços de tal forma a dar credibilidade e sustentação ao plano.

Mas para convencer empresários e sindicalistas a olharem para o futuro, reduzindo o grau de indexação dos salários e preços, apostando na inflação em queda, é preciso que o Governo tenha credibilidade e capacidade de comprometê-los com a política de estabilização.

Credibilidade terá o ministro da Fazenda se provar que é capaz de organizar o Estado, e organizar o Estado significa ter transparência orçamentária. Dado que a mudança na natureza da orçamentação não dará frutos do dia para a noite, a persistência do ministro será a maior prova de seu desprendimento político.

Edward J. Amadeo é professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.